

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS - UEA
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE PARINTINS - CESP
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS – LÍNGUA PORTUGUESA**

SUANE SOUZA E SOUZA

**A FUNÇÃO POLÍTICA SOCIAL NA LITERATURA INDÍGENA DE
YAGUARÊ YAMÃ**

**PARINTINS/AM
2022**

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS - UEA
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE PARINTINS - CESP
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS – LÍNGUA PORTUGUESA**

**A FUNÇÃO POLÍTICA SOCIAL NA LITERATURA INDÍGENA DE
YAGUARÊ YAMÃ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do título de licenciada em Letras – Língua Portuguesa pelo Centro de Estudos Superiores de Parintins – CESP, da Universidade do Estado do Amazonas – UEA.

Orientadora: Profa. Ma. Delma Pacheco Sicsú.

**PARINTINS/AM
2022**

SUANE SOUZA E SOUZA¹

**A FUNÇÃO POLÍTICA SOCIAL NA LITERATURA INDÍGENA DE
YAGUARÊ YAMÃ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do título de licenciada em Letras – Língua Portuguesa pelo Centro de Estudos Superiores de Parintins – CESP, da Universidade do Estado do Amazonas – UEA.

Aprovado em: ____/____/2022

BANCA EXAMINADORA:

Prof^ª. Ma. Delma Pacheco Sicsú
(Presidente – CESP/UEA)

Prof^ª. Ma. Francisca Keila de Freitas Amoedo
(Membro – CESP/UEA)

Prof. Me. Franklin Roosevelt Martins de Castro
(Membro – CESP/UEA)

¹ Acadêmica do curso de Licenciatura em Letras pela Universidade do Estado do Amazonas-UEA campus Parintins.

Dedico

Aos meus filhos, Jesus Christopher, Maria Ysis e Susan Alexia; ao meu marido Arlan Brendo; à minha mãe Odethe da Silva; aos meus irmãos Suellen Souza e Heriton Souza; ao meu Pai Edmilson Tenório; ao meu avô Agostinho (in memoriam); aos meus avós José Chagas e Raimunda Pereira; às minhas amigas, Thayla Alves e Aline Bulcão; e por fim, dedico este trabalho a minha querida professora e orientadora Delma pelo que representam. O incentivo, apoio e compreensão de minha ausência por parte da minha família, foram essenciais para a realização deste sonho.

Amo vocês!

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus pela dádiva da vida.

Aos meus pais Odethe da Silva e Edmilson Tenório.

Ao meu padrasto Silvan Barroso.

Especialmente ao meu marido Arlan Brendo, que me deu todo amor e acolhimento para que eu pudesse terminar essa caminhada.

Aos meus filhos Jesus Christopher, Maria Ysis e Susan Alexia.

Aos meus irmãos que sempre agrediram em mim.

À minha orientadora pelos ensinamentos, paciência, compreensão e sensibilidade.

Às minhas amigas Thayla Alves e Aline Bulcão pelo apoio e encorajamento.

MAKURIKANÃ

As jaçanãs vão no coaya...

Se erguendo de bando em revoada

Entre a val.

Pela apaya que banzeira a tinga mara

As jaçanãs voam em bando no coaya

E pousam quirrá nos paus.

Quirá! Suas vidas, seus ninhos – seus amores

Os japus e japiins entre os verdores

Nos altos galhos dos paus. Quem bem! Suas vidas...

Morato, pra tristeza São livres!

E lá despontam a natureza e sem haver nenhum mal.

Todas cantantes e gritantes – como rindo

As jaçanãs são felizes num bem lindo

Pela alvorada da coêma. Enquanto lá.

*Eu aqui vendo a miragem da moura val que bubuia na estiagem
e admiro tudo, tudo aqui da pema.*

*Tomares altas de galhos entrelaçados pelos cipós que se descem
engalharados e dão orquídeas porãgas em buquês.*

E o tempo nato aqui volta às origens

Se eu me vestir de Tarzan, não se riem

E nem perguntem: por que?

Sou nativista e isso é importante

*Caboco-índio, sou filho e amante dessa mãe-selva – a pátria
Amazônia E gostaria que fossem também isso filhos e filhas da
vida que se sonha Como a naturais daqui – do paraíso.*

YAMÃ, 2021.

RESUMO

O presente trabalho busca estudar a literatura indígena amazonense sob status de obra de arte, procurando romper com os conceitos que a consideram uma literatura “menor”. Pensando nisso, apresentamos duas obras do escritor Yaguarê Yamã, como fonte de conhecimento para a sociedade dominante, buscando visibilidade para sua tradição cultural. Neste sentido este trabalho analisa em sua literatura a função política social que exerce ao produzi-las. Procurando em especial mostrar por meio da pesquisa a necessidade de estudos sobre a literatura indígena amazonense, que compõe atualmente o maior grupo do meio literário que produz no Estado do Amazonas, os da etnia Maraguá. Ademais, é importante destacar que as pesquisas realizadas por meio da literatura indígena, é uma forma de valorização, conhecimento e ressignificando a literatura que produz o indígena.

Palavras-chave: Yaguarê Yamã; Literatura Indígena Amazonense; Função política social.

ABSTRACT

The present work seeks to study the Amazonian indigenous literature under the status of a work of art, seeking to break with the concepts that consider it a "minor" literature. With this in mind, we present two works by the writer Yaguarê Yamã, as a source of knowledge for the dominant society, seeking visibility for its cultural tradition. In this sense, this work analyzes in its literature the social political function that it exerts when producing them. Looking in particular to show, through research, the need for studies on Amazonian indigenous literature, which currently makes up the largest group of the literary environment that produces in the State of Amazonas, those of the Maraguá ethnicity. In this way, re-signify the literature that produces the indigenous.

Keywords: Yaguarê Yamã, Amazonian Indigenous Literature, social political function.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
CAPÍTULO I: REFERENCIAL TEÓRICO.....	11
1.1 A resignificação da história dos povos originários por meio da literatura indígena.....	11
1.2 A importância da escrita: a literatura indígena como registro da memória, da tradição, lutas e resistência dos povos originários.....	15
1.3 A literatura indígena e sua influência na identidade cultural do amazonense.....	18
CAPÍTULO II: CAMINHOS METODOLÓGICO.....	21
2.1. Foco da Pesquisa: Literatura Indígena Amazonense, Hipótese, Objetivos.....	21
2.2 Natureza e Métodos Da Pesquisa.....	23
CAPÍTULO III: ANÁLISE DE RESULTADOS.....	25
3.1. Apresentação e Interpretação da Literatura Indígena Amazonense como obra de arte.....	25
3.2. A Literatura Indígena Amazonense Maraguá.....	27
3.3 Análise da primeira obra “ <i>Kurumi Guaré no Coração da Amazônia</i> ”	28
3.4 Análise da Segunda Obra “ <i>Contos da Floresta</i> ”	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
REFERÊNCIAS.....	38

INTRODUÇÃO

Por muito tempo o indígena presenciou sua história ser contada sob os moldes do colonizador, um projeto idealizado para silenciar toda uma cultura tradicional. Os povos indígenas sentem isso na pele, no espaço e no tempo. Ao longo de toda sua existência, os povos da floresta, se depararam com as muitas versões estereotipadas, como por exemplo: “o bom selvagem”, “sem caráter”, “sem fé”, rótulos esses enraizados na sociedade dominante, que trata as sociedades indígenas como atrasadas, sem cultura e sem instrução. Mas, a literatura de autoria indígena nos ajuda a compreender que os povos da floresta, são significativamente importantes para a nossa formação enquanto sociedade.

Os caminhos trilhados pela pesquisa bibliográfica, se focalizaram em temáticas relevantes não somente para meio acadêmico como também para a sociedade em geral que desconhece ou conhece pouco sobre a literatura indígena considerada “nova”, mas que permeia nossas vidas desde muito cedo e se matem viva pela oralidade. Durante o período acadêmico, foi observado que a literatura indígena foi trabalhada de fato em uma disciplina optativa, o que foi significativamente importante para elaboração deste trabalho. Foi a partir dessa disciplina que se teve conhecimento sobre a Lei N° 11.645/2008 que obriga o estudo da temática da História Indígena e Afro-brasileiro, nos espaços de ensinos. Esta obrigatoriedade não é uma realidade, pois muitos desconhecem esta lei, e os que conhecem, não a fazem valer em suas práticas pedagógicas. Na perspectiva de entender como iniciou a literatura indígena no Brasil, é necessário segundo Pereira (2022), “*voltarmos um pouco na história e percebermos em que momento os indígenas começaram a se apropriar de ferramentas formais como a escrita alfabética*” (p, 83). Ao que se refere sobre o contexto histórico, evidenciar o processo de adaptação para se chegar a uma literatura de autoria indígena, é entender que as sociedades indígenas, ao apropriarem-se da modalidade escrita, estão legitimando em palavras toda uma ancestralidade que resistiu por muito tempo na oralidade.

A literatura indígena amazonense, especialmente a da etnia Maraguá, fonte de pesquisa deste trabalho, lidera na produção literária no estado do Amazonas, composta atualmente por cinco escritores do povo Maraguá, entre eles Yaguarê Yamã. O intuito desses escritores segundo Pereira (2022), é: [...] manter viva a memória, de passar para as futuras gerações os saberes ancestrais e, conseqüentemente, garantir a manutenção e sobrevivência das histórias tradicionais de seu povo [...] (p.92).

Nesta perspectiva, as obras *Kurumi Guaré no coração da Amazônia* (2007) e *Contos da Floresta* (2012), do escritor indígena amazonense Yaguarê Yamã, foram nosso foco de estudo para analisar a função política e social, que o autor indígena exerce ao produzir sua literatura.

As narrativas citadas foram analisadas sob *status* de obra de arte, pois são a tradição cultural de um povo, mais especificamente da etnia Maraguá. A primeira obra referida faz um relato da infância do próprio autor, evidenciando a sua cultura indígena e a outra está voltada ao seu imaginário ancestral. As temáticas que compõe estas narrativas são relevantes para a sociedade dominante conhecer um pouco mais sobre a infância indígena e o processo de transição de famílias indígenas para as cidades, bem como compreender a importância da manutenção da memória, da ancestralidade, da história, das lutas, tradição e resistência dos povos originários no objeto livro.

Neste sentido, a modalidade escrita, tem sido um dos caminhos trilhados por esses escritores, para legitimar uma literatura que resiste e se mantém viva pela tradição oral e na atualidade está adentrando o mercado editorial relevantemente, propondo uma reformulação na história, com debates e questionamentos ao discurso preestabelecido pelo colonizador, pois agora é o indígena que conta sua própria história.

A pesquisa partiu de questionamentos que surgiram ao cursar uma disciplina optativa de literatura indígena, logo também pela identificação pela literatura. Assim, surgiram reflexões relevantes para construção deste estudo. Neste sentido a pesquisa busca trazer visibilidade para a literatura indígena amazonense e para o próprio escritor, que compõe atualmente o grupo de escritores indígenas que mais produz no meio literário no Estado do Amazonas, sendo todos da etnia Maraguá sendo eles: Elias Yaguakãg, Lia Minapoty, Roní Wasiry Guará, Uziel Guaynê e Yaguarê Yamã, que foi um dos pioneiros. As conquistas que este grupo já alcançou, se evidencia quando suas obras chegam a programas educacionais como o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE). Diante disso a relevância deste estudo se torna significativamente importante no sentido de compreender que a literatura indígena mais especificamente a amazonense, é uma reivindicação de espaço e autoafirmação, à medida que exerce o papel de ensinar, informar, levar o conhecimento legítimo das sociedades indígenas para deixar ouvir as muitas vozes silenciadas ao longo do tempo.

Os percursos metodológicos, se fizeram com o conjunto de tomada de decisões e ações, sendo assim, o estudo bibliográfico possui técnicas de pesquisa qualitativa que foram trabalhadas no sentido de compreender e interpretar as duas obras como objetos de estudo, para analisa-las no conteúdo e no discurso. Nesta perspectiva, os procedimentos metodológicos visam os objetos de pesquisa como obras de artes, fonte de conhecimento, de ressignificação

dos povos originários. De natureza qualitativa, a pesquisa possui o como método de abordagem a dialética e a monográfica. Para analisar as obras *Kurimi Guaré no coração da Amazônia* (2007) e *Contos da Floresta* (2012), se usou como base crítica literária a hermenêutica. Então este trabalho se estrutura sob moldes qualitativos, e busca a compreensão e interpretação de duas obras que compreendem a vida e a ancestralidade do escritor indígena amazonense da etnia Maraguá.

CAPÍTULO I: REFERENCIAL TEÓRICO

1.1.A ressignificação da história dos povos originários por meio da literatura indígena.

Os povos da floresta têm buscado seu lugar de fala e resistência através de sua literatura, assim o imaginário que compreende o universo dos mitos, lendas se refere a tradição cultural dos povos originários. Apesar de ser considerada uma literatura nova, a literatura indígena escrita existe há muito tempo pela oralidade, e é através dessa oralidade que a literatura ora citada está retrata o modo de ver e pensar o mundo dos povos nativos. A Literatura é um universo vasto, que uma vez explorado, constrói e desconstrói nossas percepções a respeito de algo, instigando-nos a ter um olhar clínico sobre conceitos que falam muito do que somos e como essa ressignificação tem a ver com nossa identidade.

Dentre os vazios olhares do colonizador, criou-se ideologias sobre o indígena que refletem até os dias de hoje de forma deturpada, equivocada, a partir de um projeto pensado para negar uma identidade e sua legitimação. Neste sentido o indígena resiste e por meio de sua produção literária nos apresenta sua cultura, dando visibilidade aos povos originários por muito tempo silenciado. A literatura indígena é porta de entrada para ressignificar a história dos povos originários, à medida que construímos ou ressuscitamos em nós um vínculo de identificação, que nos foi forjado ao longo da construção da estrutura da nossa identidade. No caso da

construção da identidade indígena temos duas vertentes, a primeira se fez do olhar do não-indígena sobre o indígena que se prolonga ao longo dos séculos e a segunda se que faz do olhar do indígena voltado para si mesmo, desconstruindo uma identidade forjada e preconceituosa do indígena que traz à tona uma sublime literatura feita antes e que ainda se faz pela oralidade, mas que hoje ganha espaço nos livros impressos. Segundo Janice Thiel (2006):

A percepção de uma subjetividade construída por muitas, de uma identidade que deixa de ser fixa e única para ser vista como móvel e múltipla, faz-se essencial para a discussão de questões relativas à construção da identidade e da alteridade em um mundo caracterizado pela diáspora, ou seja, por um processo de desenraizamento e sensação de não pertencimento constante. (p.23)

Dentro desse contexto de visibilidade e multiplicidade que a autora ora citada coloca, temos a literatura indígena amazonense que se caracteriza exatamente por questões de identidade, de alteridade, de silenciamento, de cultura, e principalmente por pertencimento a suas origens o que não difere das outras, mas que possui um papel fundamental para re/conhecer a identidade ética e cultural de um povo, pelas percepções do próprio indígena. Esse lugar de pertencimento que frisa Janice é o lugar que muitos escritores indígenas como Yamã já conquistaram, nos apresentando sua trajetória e a história de seu povo, num espaço onde a literatura indígena é colocada como menor por contextualizar-se de forma mítica, mas que traz conceitos importantes para nossa condição humana. A autora fala ainda do processo de desenraizar questões referentes a nossa identidade, o que nos faz ressignificar conceitos que não estão ligados a nossas origens, questão pertinente que escritores indígenas trazem em sua literatura.

Dentre as muitas temáticas que englobam a literatura indígena amazonense, a relação entre o homem e natureza é frequentemente vista nas narrativas, um vínculo que garante a sobrevivência de ambos. Nesta perspectiva que envolve sobretudo a origem da sua existência e relação com a natureza destaca-se o papel da memória dos povos indígenas nas histórias que são contadas e centralizadas na ancestralidade dos povos da floresta.

Graça Graúna (2019), reflete sobre “espaço de resistência e protagonismo na produção cultural brasileira”, diz que as produções literárias dialogam com a Lei n. 11.645 de 2018, que incluiu no seu currículo da Educação Básica a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, uma medida tomada pelo Sesc para uma formação educativa, cultural e social, focalizando na adversidade de conhecimentos e saberes do Brasil.

Segundo Graúna, dentro dos subsídios que o conjunto de obras oferecem para a compreensão, é necessário atentar-se aos termos:

A propósito do conceito de “indianismo” e “indigenismo”, convém observar que o uso desses termos no Brasil refere-se, por exemplo, à temática escrita por autores (as) não indígenas e ao indianismo literário, isto é, a literatura inspirada em temas da vida dos índios na América. Quanto ao termo indígena, este refere-se ao fazer intelectual e ao literário realizado pelos indígenas, conforme seus próprios meios e códigos, e que buscam informar sobre o universo e as pessoas indígenas, como diria Cornejo-Polar (2000) (GRAÚNA, 2019, p.108).

Na perspectiva de compreender os termos, é necessário saber e esclarecer que o termo índio, é um termo pejorativo atribuído pelo colonizador que se propagou ao longo tempo, mas que vem se colocando timidamente em segundo plano quando por meio do intelecto e da literatura indígena ganha espaço no ambiente acadêmico e escolar quando se faz valer a lei já mencionada. Assim para Graça Graúna:

A literatura indígena contemporânea é um lugar utópico (de sobrevivência), uma variante do épico tecido pela oralidade; um lugar de confluência de vozes silenciadas e exiladas (escritas) ao longo dos mais de 500 anos de colonização. Enraizada nas origens, na literatura indígena contemporânea vem se preservando na auto-história de seus autores e autoras e na percepção de um público leitor diferenciado, isto é, uma minoria que semeia outras leituras possíveis no universo de poemas e prosas autóctones.

[...]Apesar da intromissão dos valores dominantes, o jeito de ser e de viver dos povos indígenas vence o tempo: a tradição (oral, escrita, coletiva, individual, híbrida, plural) é uma prova dessa resistência. (GRAÚNA, 2013, P.15)

Na excelente colocação de Graúna, é possível entender e compreender como a literatura indígena resiste como a raiz do angelinheiro, da puraputaqueira, do piquiazeiro², árvores típicas do Amazonas que possuem raízes que protegem seu tronco o que também pode revelar seu tempo de resistência. Essa comparação de resistência que relaciona o indígena e a natureza, se consagra no acervo de memórias dos povos da floresta, e que esteve e está em nosso cotidiano, desde muito cedo quando começamos a ouvir histórias contadas por nossos avós, tios e outros, sobre contos, lendas, mitos, que passaremos adiante e assim sucessivamente, num ciclo que se renova pelas mãos de escritores como Yaguare Yamã, que nos revela a origem das muitas histórias que um dia se teve a curiosidade de saber como surgiu.

Com os movimentos indígenas no Brasil, o protagonismo indígena ganhou força na luta pelo reconhecimento, garantia de direitos feitos importantes durante o trabalho da Assembleia Nacional Constituinte de 1987. Este movimento reuniu a representatividade de lideranças, elaborou políticas públicas e projetos e ainda estabeleceu um diálogo com instâncias diferentes

² **Portalamazonia.com** - Angelinheiro ou *Dinizia excelsa*: o angelim vermelho é identificada como a árvore mais alta da Amazônia; Puraputaqueira: árvore comum em igapós e igarapés;**brasildefato.com.br** - Piquiazeiro: árvore que dá o piquiá-amazônico, é conhecido pela sua beleza, com uma copa grande e frondosa, que se destaca na floresta.

do Estado e da sociedade civil e outros. O movimento que começou a se formar na década de 1970, quando as primeiras assembleias indígenas se realizaram, idealizando e projetando-se pelo Conselho Indigenista Missionário-CIMI. Na década de 1990, com direitos constitucionais conquistados, os movimentos sociais no Brasil, perderam força, o que serviu para criar-se novas políticas públicas.

Bicalho (2010), em sua tese intitulado “Protagonismo Indígena no Brasil: Movimento, Cidadania e Direitos (1970-2009), nos esclarece sobre o surgimento do movimento indígena: “Para pensar o surgimento do Movimento Indígena organizado, recorreu-se ao conceito de formação proposto por Antônio Cândido em Formação da Literatura Brasileira”. Na perspectiva das lutas e resistências, apesar de acontecerem em momentos diferentes como menciona a autora acima citada, os indígenas sempre sofreram com a influência do colonizador ao longo de sua história.

Neste sentido, um dos papéis de escritores indígenas como Yaguareê, é justamente manter vivo sua ancestralidade³ por meio de sua língua materna, uma vez que, foi necessário aprender outra língua para transcender seu intelecto indígena. Segundo Eni Orlandi (2007, p.102), o silenciamento não trata da ocultação das palavras, “mas é tudo aquilo que é apagado, colocado de lado, excluído”. Orlandi esclarece ainda que o silenciamento de um o sujeito ou sujeito-autor impede o posicionamento, formações discursivas do lugar a que pertence.

Em 2016 em seu artigo intitulado “Tensões Culturais na formação da identidade brasileira” Danglei de Castro, se propôs investigar os “traços conflitantes na formação da cultura brasileira”. Seu estudo organizou-se em três momentos:

Inicialmente, focalizamos a construção de um paradigma modulado pelo olhar europeu, via símiles ao traço externo, diante do exótico e do pitoresco. Na sequência, comentamos a apropriação desse perfil estético em uma linha constitutiva que associa ao autóctone brasileiro características medievais, sobretudo no Romantismo.

Da visão europeia, apontamos para a presença de uma ironia intrínseca na construção da identidade nacional, o que condiciona, na linha investigativa do estudo, traços reflexivos – para nós, antropofágico, para usar o termo de Oswald de Andrade – como espaço tensivo subliminar na formação da identidade nacional. (PEREIRA, 2016, p.2)

As investigações do autor ora citado, que baseia suas buscas na formação da identidade nacional, diz muito a respeito do momento em que vivemos, pois com a crescente de escritores indígenas, se tece reflexões necessárias sobre como o indígena foi representado e de como

³ **Patriciamagno.com.br** – Magno, Patricia. Povos Indígenas, Ancestralidade, Território e Vida, 2021. “Os povos indígenas tem direito a que se reconheçam e respeitem todas as suas formas de vida, cosmovisões, espiritualidade, usos e costumes, normas e tradições, formas de organização social, econômica e política, formas de transmissão do conhecimento, instituições, praticas, crenças, valores, indumentária e línguas, reconhecendo sua inter-relação”.

realmente é. Segundo a visão do colonizador, o indígena possuía traços medievais, além de ser o herói e bom-selvagem, como descrito em obra de José de Alencar como *O Guarani*.

Essa visão colaborou para silenciar as vozes dos povos da floresta desde a chegada do colonizador que se recusou a aceitar o universo indígena, suas tradições culturais, crenças e identidade. Pereira também traz um trecho da Carta de Pero Vaz de Caminha a El rei D. Manuel, onde Caminha (2000, p.21), dá detalhes do achado no Brasil:

[...]a feições deles é serem pardos, um tanto avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem feito. Andam nus, sem cobertura alguma. Nem fazem mais caso de cobrir ou deixar de encobrir suas vergonhas do que mostrar a cara. Acerca disso são de grande inocência.

As características chamam a atenção de Caminha, como por exemplo: a nudez, a inocência, a saúde. Estes traços descritos por Caminha nos trazem reflexões importantes de uma identidade nacional que é toda nossa, mas que muitos se negam a aceitar que nossa identidade nacional teve seu início com os povos originários. A Carta de Caminha considerada o primeiro documento da história da Literatura Brasileira, se torna relevante em dois aspectos: a histórica que trata a carta como documento imprescindível da história do Brasil e a literária que tem a carta como o começo do momento da história, da etnografia brasileira e a geografia. Assim a carta é documento mais rico e fiel ao descobrimento. Neste sentido assim como a Carta de Caminha é um documento de fundamental importância para a história e para a literatura, a literatura indígena é também o registro da memória dos povos da floresta.

1.2. A literatura indígena como registro da memória, da tradição, lutas e resistência dos povos originários

A literatura oral é transcendente, está em todos os lugares, no cotidiano e se agrega em nossas vidas desde muito cedo. A oralidade nos conecta a outros universos, nos dá o livre arbítrio de sermos quem quer ser, e essa forma de fazer literatura que mantém memórias, recupera e mantém viva a tradição e história de um povo. Sem a literatura oral não haveria literatura escrita, não haveria memória. Uma das formas de resistência do indígena, foi manter sua ancestralidade por meio da oralidade, transcendendo suas origens. A escrita, sobretudo, garante que as memórias se propaguem de maneira mais concreta, atingindo outros espaços como é caso da literatura indígena, que por meio do livro impresso e até mesmo por arquivos em mídias, vem se consagrando, ganhando espaço no meio literário e plataformas digitais. Neste sentido, se consagra num meio tão concorrido quanto o meio literário, que considera a

literatura indígena como uma literatura menor é realmente um ato de resistência, uma luta de representatividade que dá voz à memória dos povos indígenas. Algo importante a ser comentado é quando pegamos uma obra como, por exemplo, a obra *Kurumi Guarê no coração da Amazônia*, de Yaguare Yamã, e identificamos na escrita dos contos o que já nos foi passado na oralidade, só que de maneira original.

Quando falamos de questões indígenas é de extrema importância citar *A Queda do Céu* de Davi Kopenawa, que pelas mãos de Bruce Albert, nos trouxe momentos históricos dos Yanomami e do Brasil como explica neste trecho:

Este é um livro sobre o Brasil, sobre um Brasil – decerto, ele é ostensivamente sobre a trajetória existencial de Davi Kopenawa, em que o pensador e ativista político yanomami, falando a um antropólogo francês, discorre sobre a cultura ancestral e a história recente de um povo (situação tanto em terras venezuelanas quanto em brasileiras), explica a origem mítica e a dinâmica invisível do mundo, além de descrever as características monstruosas da civilização ocidental como um todo e de prever um futuro funesto para o planeta - , mas, de um modo muito especial , é um livro sobre nós, dirigido a nós, os brasileiros que não se consideram índios. Pois com *A Queda do Céu* mudam-se o nível e os termos do diálogo pobre, esporádico e fortemente desigual entre os povos indígenas e a maioria não indígenas de nosso país, aquela composta pelo que Davi chama de “brancos” (nape). (KOPENAWA, ALBERT, 2015, p. 12)

A obra *A Queda do Céu*, se compõe por temáticas que vão desde denúncias de violência em sua forma mais cruel à conceitos espirituais. Em sua trajetória Davi, faz questionamentos existenciais que o levaram para outros lugares partindo do princípio que os yanomami, precisavam ser ouvidos, precisavam ganhar visibilidade, para expor sua realidade. Mas é enfático ao falar do intelecto indígena:

Os brancos se dizem inteligentes. Não o somos menos. Nosso pensamento se expande em todas as direções e nossas palavras são antigas e muitas. Elas vêm de nossos antepassados. Porém, não precisamos, como os brancos, de peles de imagens para impedi-las de fugir da nossa mente. Não temos de desenhá-las, como eles fizeram com as suas. Nem por isso elas irão desaparecer, pois ficam gravadas dentro de nós. Por isso nossa memória é longa e forte”. (KOPENAWA, ALBERT, 2015, p.75).

Neste trecho Davi, levanta uma questão muito importante, que é a memória de um povo, e como essa memória resiste de forma digamos que “natural”, e não necessariamente precisa estar escrita para existir.

Daniel Munduruku em 2009, em seu texto *Educação Indígena do Corpo, da Mente e do Espírito*, enfatiza como a educação indígena é concreta e mágica, uma percepção que surge ao refletir sobre sua infância no íntimo da cultura Munduruku. Na perspectiva da infância, que é uma característica de escritores indígenas, mencionar essa fase que é o ponto de partida para suas memórias e trajetórias, Yamã (2007, p. 12) pontua que: “Na floresta é assim, os pais

sempre confiam na sabedoria dos filhos, não é por acaso que a criança indígena é livre e tem liberdade para aprender brincando”. E Daniel acrescenta:

Aprendemos na aldeia, desde muito pequenos, que nosso corpo é sagrado. Por isso temos obrigação de cuidar dele com carinho para que ele cuide de nossas necessidades básicas. Aprendemos que nosso corpo tem ausências e que precisam ser preenchidas com nossos sentidos. Aprender é, portanto, conhecer as coisas que podem preencher os vazios que moram em nosso corpo. É fazer uso dos sentidos, de todos eles. É portanto, necessário valorizar o próprio corpo e dá a ele os instrumentos para que possa cuidar da gente. Assim, é de extrema importância conviver com meu grupo de idade por ser ele que vai me “guiar”, dar um norte para as descobertas que meu corpo infantil precisa fazer. (MUNDURUKU, 2009, p. 24-25)

Acerca da infância, é válido esclarecer que cada cultura e tradição possuem uma forma de lidar com o aprendizado da criança, sendo a que cultura indígena tradicional difere e muito da cultura ocidental moderna. Em sua obra *Banquete dos Deuses*, Daniel em um capítulo intitulado “Sobre Piolhos e outros afagos”, assim define a educação indígena: “A sociedade indígena educa tendo uma concepção holística. Todos educam, todos são responsáveis pelas crianças, fato que impede que recaia sobre alguém – inclusive os pais – o cuidado delas”. (MUNDURUKU, 2009, p.82).

Em *Mundurukando I* (ano), Daniel faz uma reflexão sobre o dia do índio, que se data no mês de abril, do que ela chama de “o folclórico e legendário primeiro habitante do Brasil”. Ele ainda tece críticas de como essa data é trabalhada nas escolas, e como ideias preconcebidas se inculcam nas crianças. Mas ele enfatiza as coisas boas que viu nas escolas que levam a sério o contar das histórias tradicionais. Neste sentido refletir sobre as colocações de Daniel é, entender sobretudo que o dia do índio, é enxergar o indígena como o colonizador nos impôs. Sendo assim, a data comemorativa se reduz a um sinônimo de semelhança, pois a criança aprende no ambiente escolar que o indígena é o bom selvagem, que usa tanga e penas como roupa como Daniel reflete em *mundurukando II*.

Cristino Wapichana em entrevista para a Revista Cátedra Digital em 2018, responde que o maior obstáculo da literatura indígena para alcançar maior circulação, é “entrar nesse mercado literário e permanecer nele, já que a distribuição não é tão abrangente; os estados mais distantes dos grandes centros sofrem um pouco com a dificuldade de receber e conhecer essa literatura”. Neste trecho da entrevista Wapichana aponta para questão recorrente, já que há uma resistência em trabalhar com a literatura indígena não somente em ambientes escolares, mas também no espaço acadêmico. Wapichana falou da união dos povos, e como esse trabalho é feito por ele e Daniel Munduruku, e relatou quão difícil fazer um evento literário indígena no Brasil.

Apesar de Wapichana criticar a união dos povos indígenas em relação ao literário indígena, é necessário tecer elogios como se trata escritores e escritoras na literatura indígena.

Nesta perspectiva, diferente de outros meios literários, que em muitos casos trata a literatura produzida pela mulher como inferior, na literatura indígena, escritores e escritoras estão no mesmo lugar de fala, uma literatura não é superior a outra.

Marcia Wayna Kambeba 2020, produziu a obra *O lugar do saber*, onde conta um pouco de sua história e trajetória desde a infância e reúne poesias com temáticas voltadas aos saberes ancestrais como se pode ver no poema intitulado “Pisando na História”:

No chão do meu passado,
Vejo a nação ecoar
Um canto de resistência
Dos espíritos daquele lugar.
Cantam do fundo da terra,
Em meio à cerâmica milenar,
Cantam sentido a dor,
Por uma historia
Que teimaram em pisar.
Esquecendo que ali está,
Pedacos do nosso Brasil,
Dos donos desse lugar,
Ao relento, exposto ao frio.
Nos artefatos o registro,
De quem por ali passou,
Os valentes Aikewara,
Que na terra seu registro enterrou.
Pisei no chão da história,
Toquei num pedaço de memória,
Da luta de quem caminha,
No parque das Andorinhas.

Esta poesia fala sobre como pisamos em nossa própria história, “*No chão do meu passado*”, ou seja, renegamos nossas origens, à medida que permanecemos sobre ela, “*Cantam do fundo da terra*” ...” *Cantam sentido dor*”, que se trata das memórias dos povos originários. A autora termina o poema de forma memorável: “*Toquei num pedaço da memória*”, “*Da luta de quem caminha*”, “*No parque das Andorinhas*”, menção aos escritores de literatura indígena, que através de suas memórias, caminham para que os povos indígenas tenham voz e levantem voos mais distantes.

1.3. A literatura indígena e sua influência na identidade cultural do amazonense

A literatura indígena, sobretudo recupera/ressignifica, o que entendemos por identidade, ainda que vivamos no contexto amazônico. Muitos preconceitos são quebrados para ocultar o que de fato seria nossa identidade. Mas como a literatura indígena tem mais a revelar sobre nós mesmos do que essa identidade que pensamos ser nossa? Se trata de uma identificação por meio

dessas literaturas, que influenciam diretamente na identidade cultural do amazonense! Nesta linha de pensamento a literatura indígena fala do contexto amazônico, histórias que cruzam pela oralidade e se concretizam na literatura de escritores indígenas. Uma característica importante do amazonense é saber uma lenda, um mito, uma história de visagem e entre outras coisas saber contar uma história, ainda que seja breve. Mas apesar de haver traços de identidade que nos ligam a cultura indígena, existe um preconceito internalizado em nós, e em contrapartida também existe o sentimento de não pertencimento. Stuart Hall, fala de como compartilhamos sentidos:

No cerne do processo de significação na cultura surgem, então, dois “sistemas de representação” relacionados. O primeiro nos permite dar sentido ao mundo por meio da construção de um conjunto de correspondências, ou de uma cadeia de equivalências, entre as coisas – pessoas, objetos, acontecimentos, ideias abstratas etc. – e o nosso sistema de conceitos, os nossos mapas conceituais. O segundo depende da construção de um conjunto de correspondências entre esse nosso mapa conceitual e um conjunto de signos, dispostos ou organizados em diversas linguagens, que indicam ou representam aqueles conceitos”. (HALL, 2016, p.38)

Quando sentimos não pertencer a algo ou alguma coisa, se trata justamente do que fala Stuart, que sustenta no trecho acima, o “sistema de representações”, que corresponde a nossas ideologias, modos de ver e pensar o mundo, as memórias, assim como povos indígenas.

Os povos nativos da Amazônia, como por exemplo, a etnia Maraguá do escritor indígena Yaguare Yamã, onde duas de suas obras são objeto de investigação deste estudo, se concentram nos mitos, lendas e aprendizados da infância, visando refletir sobre sua identidade, fazendo assim a memória e história de seu povo resistir e existir por meio da literatura. Sendo assim, *Kurumi Guaré no Coração da Amazônia* do escritor ora citado também foi objeto de investigação de Sicsú e Pereira em 2021, e levantaram questões sobre a literatura indígena amazonense em discussão com outros teóricos. As reflexões se iniciam por destacar que se trata de uma literatura indígena nova no mercado editorial, mas enaltecendo-a por existir a séculos por meio da oralidade, antecedendo o colonizador. Os autores fazem uma observação importante sobre a obra investigada:

O livro *Kurumi Guaré no Coração da Amazônia* não é um simples relato de um jovem escritor. É a voz do povo Maraguá ecoando no objeto livro que fala como é viver nas comunidades indígenas até o desafio de sair de seu lugar de origem para morar no espaço urbano. Ir para cidade não é um capricho para os indígenas, mas uma necessidade de ir em busca do que poderá ajuda-los a continuar existindo, bem como ter acesso à Educação e a Saúde.

Ter acesso à educação é essencial para os indígenas. Uma vez que, de posse do conhecimento adquirido nas escolas e nas universidades, eles poderão retornar a sua comunidade e contribuir com seu povo para combater as mazelas que os prejudicam. O livro em questão é a voz do autor /narrador/personagem que apresenta ao leitor seu mundo encantado e o leva a uma viagem no tempo, possibilitando-o conhecer um pouco da cultura, do modo de viver e de pensar dos povos nativos”. (SICSÚ & PEREIRA, 2021, p.82)

Dentre as questões mencionadas no trecho acima, a obra em questão para leitores do contexto amazônico, se consolida pelo reconhecimento por meio dessa literatura, uma identificação mesmo que sutil, das muitas vivências que são contadas no livro. Uma outra questão é sobre as lendas e os mitos presentes na obra, que já fazem parte de nossas vidas desde muito cedo, mas que tem o poder de nos fazer mergulhar nessa diversão que é a literatura e que enriquece ainda mais o nosso saber como diria Yamã. Sicsú e Pereira lembram que as muitas etnias se matem vivas: “No Amazonas, os filhos de kambebas, desana, sateré, maraguá e outras etnias continuam mantendo a tradição, a cultura e a identidade de seu povo”. (p.87), cada uma em sua particularidade num ato de resistência.

No sentido da resistência Thiel fala mais sobre a produção da literatura indígena, que documenta e discute a ação e interação dos povos da floresta:

[...]As obras indígenas, voltadas para o público infanto-juvenil e para o público maduro, apresentam uma interação de multimodalidades: a leitura da palavra impressa interage com a leitura das ilustrações, com a percepção de desenhos geométricos, de elementos rítmicos e performáticos. Os grafismos indígenas constituem narrativas e devem ser valorizados por sua especificidade, podendo inclusive indicar a autoria do texto indígena, se coletiva/ancestral ou individual. Ademais, a leitura da literatura indígena deve levar em conta o entre-lugar cultural dessa produção que está em uma zona de contato e conflito localizada entre a oralidade e a escrita, entre línguas nativas e europeias, entre tradições literárias europeias e indígenas, entre sujeição e resistência. (THIEL, 2013, p. 1178)

Neste trecho a autora aponta elementos importantes da construção da literatura indígena e o letramento multicultural e multimodal que não se restringe apenas a crianças e jovens das etnias indígenas. Em obras como as do escritor indígena amazonense Yaguarê Yamã, a escrita é elaborada em língua nativa e em língua portuguesa, são textos bilíngues.

A respeito da literatura indígena que se compõe por muitas vozes que são marcadas pela presença étnica, é uma maneira de dar visibilidade a esses povos, que foram silenciados e lutam para desconstruir os equívocos de representação sobre suas tradições e saberes, em busca de um diálogo com a sociedade não indígena. Neste sentido, Dorrico 2018, fala da construção de uma crítica em relação a literatura indígena:

A construção de uma crítica em torno dessa atuação de vozes emergentes leva-nos ao argumento central que norteia esse texto, o de que a produção material realizada pelos indígenas encontra na literatura a condição de possibilidade para expressar suas temáticas cultural, política e esteticamente centrais: a de caráter ancestral, que influencia a escrita das narrativas e das poesias de modo criativo; e a de caráter histórico, que denuncia metalinguisticamente a violência perpetrada contra os povos indígenas dentro desse corpo criativo. Outro fator a ser salientado está em que os escritores indígenas utilizam esta ferramenta para expressar suas matérias atuando em um duplo movimento, o da valorização da alteridade e do dialogo intercultural, como

estratégia consciente para uma crítica da estrutura simbólica dominante, bem como de ativismo, de militância e de engajamento na esfera pública acerca da questão indígena. (DORRICO, 2018, p.229)

Esta crítica da qual aponta Dorrico, infelizmente ainda é uma forma de silenciamento das múltiplas atrocidades que viveram e vivem os indígenas, o fazer literário do indígena, não pode se pautar apenas em tradições e saberes, mas levar a realidade de suas vivências de glórias e dores porque é uma forma de resistência física, simbólica. Quando se fala em símbolos é necessário falar da arte de desenhar que diz respeito a beleza e uma comunicação imagético, que além de demonstrar sentimento, também é informativo. Hoje a escrita é uma ferramenta fundamental pela luta da manutenção da cultura indígena sem perder seu poder ancestral. Sendo assim, uma das influências da literatura indígena sobre a identidade cultural do amazonense é a arte de escrever como explica Kambeba:

A arte de escrever tem contribuído para que nas aldeias os povos catalogassem narrativas contadas pelos mais velhos e que, depois de serem transformadas em livro, as crianças na sala de aula conseguissem se imaginar nesse universo pela escuta e leituras dessas narrativas. Ela nos dá possibilidades para que, fora da aldeia, alunos e pessoas possam se aprofundar em determinado assunto ou mesmo saber como cada povo vive, resiste e defende seu território. (KAMBEBA, 2018, p.40)

Para exemplo de que enfatiza Kambeba, o escritor indígena amazonense Yaguarê Yamã, além de escrever também ilustra seus livros, uma obra de arte completa.

As pesquisas voltadas para a compreensão e atualização das identidades dos povos indígenas do Brasil trazem reflexões necessárias e importantes, principalmente quando se trata de identidade. A literatura indígena considerada por muitos como nova, apenas se reinventa e se consagra por possuir um arsenal de memórias de milênios, influenciando diretamente em conceitos pré-estabelecidos, que permeiam e refletem em ambientes escolares e acadêmicos. Nesse meio literário de muitas concorrências, a literatura indígena provoca um novo olhar sobre a tradição literária brasileira não só seu público alvo, pois evidencia muitos equívocos, estereótipos, e sobretudo ressignifica a história dos povos originários.

CAPÍTULO II: CAMINHOS METODOLÓGICOS

2.1 Foco da Pesquisa: literatura indígena amazonense

Partindo dessa realidade, é preciso lançar o olhar para as influências que os povos indígenas deixaram como por exemplo para o homem da Amazônia. Sicsú (2022) fala da importância dessa herança tradicional:

No imaginário do homem amazônico habita o mundo em que seres sobrenaturais convivem com seres humanos e animais numa relação paradoxal de terror e, ao mesmo tempo, de respeito. Esse imaginário é retratado na literatura indígena, que traz as marcas da identidade cultural do homem amazônico, em decorrência da forte influência da cultura indígena. Tais influências se dão por diversos fatores e se apresentam na língua, na culinária, nas características físicas, no pensamento, no uso da medicina natural, no modo de ver e olhar o mundo. E um dos fatores que contribui para a presença da cultura indígena na identidade cultural do homem amazônico é a literatura oral dos povos nativos, que foi e continua sendo repassada de geração para geração. E esta literatura, é importante frisar, se faz parte das comunidades indígenas, mas também está presente na vida do homem amazônico não indígena (p. 107).

A influência da qual aborda a autora, esta impregnando no estilo de vida do não indígenas, sendo assim, o homem da Amazônia possui esse vínculo com a identidade cultural pela oralidade. Em uma concepção onde o imaginário, faz parte dos conceitos que regem sua fé, estabelecendo essa conexão entre os povos indígenas e o homem amazônico. Se identificar pela literatura, é um dos conceitos aqui trabalhados, para evidenciar que os povos da floresta possuem um diálogo de função política e social com a sociedade, dialogo esse que, foi adiado por muito tempo, e que agora se faz necessário para ressignificar o indígena como parte de nossa identidade. O estudo em questão, busca apontar a literatura indígena amazonense, como parte da história que não foi contada, bem como fonte de conhecimento sobre os povos indígenas e suas relevâncias para a sociedade.

A pesquisa desenvolvida também volta-se para o escritor indígena amazonense Yaguare Yamã, que é um dos representantes da etnia Maraguá, e se consolida no mercado editorial. Dentro desse protagonismo no século XXI, as muitas publicações como as de Yamã, se convertem a uma literatura menor, pois o cânone da tradição literária, despreza temáticas voltadas ao regionalismo por exemplo. Mas é neste sentido, que o escritor exerce com propriedade em sua literatura, a função política social, que legitima toda uma tradição cultura propondo sempre reflexões acerca do que já foi escrito pelo não indígena como bem afirma Sicsú e Pereira (2021, p. 31):

A voz autoral do escritor indígena no século XXI protagoniza o direito de os povos originários narrarem sua própria história. Seus textos descortinam verdades silenciadas há séculos, possibilitando repensar e ressignificar a história do país e o papel dos povos originários na construção de nossa identidade como brasileiros. ...A literatura de autoria indígena exige uma retomada do processo histórico da literatura brasileira. Não no sentido de apagar ou deslegitimar tudo o que foi escrito e inscrito, mas no sentido de refletir criticamente acerca da produção cultural dos povos originários e do papel do indígena na formação cultural do país.

Nesta perspectiva, as influências eurocêntricas que respingam na Amazônia, o caráter estereotipado, que atribui ao indígena “a identidade de selvagem, indolente e indomável, incapaz de produzir saber, sem cultura, habitante de um lugar exótico e inóspito”. (SICSÚ, PEREIRA, p.32, 2021), resultando no silenciamento dos povos da floresta. Mas o movimento do século XX, onde escritores indígenas submergiram ao mar do silêncio, para gritar sua própria história, ganhou força com a Constituição Brasileira em 1988, com o Art. 231 que garante que o indígena tem por direito ser “reconhecido na sua organização social, seus costumes, suas línguas, crenças e tradições, bem como no direito às terras”. (SICSÚ, PEREIRA, p. 33, 2022).

Neste sentido, a Lei 11.645/2008, se trata da obrigatoriedade do ensino da tradição cultural indígena nas escolas. Essa reformulação foi necessária para que houvesse interlocução entre a sociedade dominante e a sociedade indígena. Assim, a modalidade escrita se encarrega de contar a história que não foi contada, de uma memória ancestral que permite se identificar como nativo. Assim, também se desfaz a ideia de que os povos originários são pessoas do passado, e sim uma sociedade que acompanha o processo evolutivo do mundo em uma evolução pessoal.

2.2. Natureza e Métodos da Pesquisa

O presente estudo pretende elevar a literatura indígena amazonense a status de obra de arte, como fonte de conhecimento e ressignificação das sociedades indígenas por meio de sua literatura, mostrando que, o estudo sobre a literatura indígena mais especificamente a da etnia Maraguá, precisa chegar aos que desconhecem os povos da floresta ou tem uma visão deturpada sobre eles, dando destaque para duas obras de escritor indígena Yaguarê Yamã, “*Kurumi Guaré no coração da floresta*” e “*Contos da floresta*”, analisando a função política social que exercem como forma de introduzir discussões sobre essa literatura que é considerada como “menor”. A pesquisa não se limita a um público alvo, porque entende-se que, quanto mais se trabalha no meio acadêmico sobre a literatura indígena, mais visibilidade ela ganha.

O estudo é de natureza qualitativa e segundo Minayo (2014), a pesquisa de cunho qualitativo se foca na realidade que não se quantifica, trabalhando assim com o universo de significados. Nesta perspectiva, o método qualitativo “[...]se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam.” (MINAYO, 2014, p.57), o que colabora para a busca dessas produções para construção de conhecimento.

Assim, Denzin e Lincoln (2006), afirmam que a pesquisa qualitativa se trata de uma abordagem interpretativa do mundo, o que direciona o pesquisador para estudar cenários naturais, buscando compreender os fenômenos em termos dos significados. Neste sentido, Viera e Zouain (2005), também afirmam que, a natureza/pesquisa qualitativa são de grande importância para os sujeitos sociais envolvidos, uma vez que, os discursos e os significados se transmite pelos mesmos, em uma descrição detalhada de seus fenômenos e elementos.

A pesquisa foi desenvolvida pela necessidade de entender por que a literatura indígena é considerada como “menor” no cânone literário, sendo a literatura indígena mais especificamente a amazonense, colabora para uma melhor compreensão e dimensão do que são os povos da floresta, em inúmeras temáticas que traz reflexões sobre a forma deturpada que a sociedade dominante tem sobre os povos indígenas. Assim, este estudo foi desenvolvido tendo como preocupação refletir, pensar, analisar e ressignificar a realidade no qual estava sendo realizada a pesquisa.

Como método de abordagem a dialética e monográfica foram usadas no processo de pesquisa. Sobre a dialética Lakatos e Marconi (2007) apontam as leis da dialética, onde entendem que há um conjunto de processos, que mudam constantemente com intenção de se transformar, pois “[...] o fim de um processo é sempre o começo de outro.” (LAKATOS; MARCONI, 2007, p. 101). Sendo que, as coisas e os acontecimentos existem como um todo, conectados entre si, dependentes uns dos outros. Já método monográfico tem como princípio que o estudo aprofundado de um caso é representativo de muitos outros casos semelhantes segundo (GIL, 2008), pois podem ser de indivíduos, instituições, grupos, comunidade etc.

A pesquisa de cunho bibliográfico, foi realizada com base em matérias já elaborados como artigos científicos e livros. Para isto, “A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”. (GIL, 2008, p.50). Com o objetivo de analisar as narrativas indígenas amazonenses como obra de arte, sendo esta literatura uma desconstrução do projeto deturpado do indígenas feito pelo colonizador. Nesta perspectiva, analisou-se a importância do indígena como autor de sua própria história, desconstruindo a visão de sujeito do passado, em uma ressignificação dos povos da floresta.

Para analisar as obras “*Kurumi Guaré no coração da Amazônia*” e “*Contos da Floresta*”, de Yaguarê Yamã usou-se como base crítica literária a hermenêutica que é um dos métodos fundamentais para considerar a influência do imaginário social nas ações sociais, sendo que alguns aspectos dos discursos e ações se impregnam das expressões do imaginário, da ideologia e da utopia. Pois o papel da interpretação nas expressões da ideologia e da utopia,

apontam para aspectos fundamentais nas manifestações e nas ações sociais, quando os grupos e as classes atuam na esfera social manifestando ambiguidades do imaginário social.

Para Paul Ricoeur (1989), a hermenêutica é uma fonte de metodologia para a compreensão de obras teóricas ou poéticas. E funciona como um instrumento e um guia para a compreensão de discursos filosóficos, políticos, pedagógicos e nas ações e construções racionais ou poéticas. Silva (2011, p.20), especifica melhor esse molde hermenêutico de Paul Ricoeur, quando fala que “O imaginário criador é, nesse contexto, um organizador de obras mediante as funções sociais da ideologia e da utopia, suas maiores expressões... o imaginário pode garantir representação política dos grupos sociais [...]”, e esclarece ainda que, Ricoeur destaca a relevância da dialética da compreensão e da dialética na explicação da interpretação.

No sentido de interpretação e compreensão o objeto de estudo como já foi citado foram duas obras de autoria do escritor indígena amazonense Yaguarê Yamã: “*Kurumi Guaré no coração da Amazônia*”, que conta um pouco da infância do autor na transição para a vida adulta e “*Contos da Floresta*”, que se refere a ancestralidade da tradição cultural da etnia Maraguá, ambas as obras são ilustradas, sendo a primeira pelo próprio autor, possuem ainda glossário do idioma nhengatu e de termos regionais amazônicos e os significados dos símbolos Maraguá.

CAPÍTULO III: ANÁLISE DE DADOS

3.1. Breve contextualização do objeto de estudo

Por possuir uma singularidade que ultrapassa seu público alvo, por ser uma literatura infantojuvenil indígena amazonense, estas obras de artes são o caminho para o conhecimento e reconhecimentos dos povos da floresta, trazendo para a sociedade dominante o modo de ver e pensar o mundo sob a sabedoria ancestral, bem como sobre o pensamento indígena acerca de inúmeras questões que estão na realidade das sociedades indígenas como o preconceito, racismo, entre outros. Uma vez que, escritores indígenas se lançam no mercado editorial, é uma possibilidade de conhecer o “desconhecido”, um meio de reconhecimento por essa literatura que é tão presente em nosso cotidiano pela oralidade. É por meio destas literaturas, que conhecemos e entendemos as particularidades dos povos indígenas, suas maneiras específicas de ver todas as coisas, seja nos costumes, tradições, mitos e cultura, um modo de ressignificar sua existência e resistência de forma essencialmente legítima. As narrativas de literatura infantojuvenil indígena amazonense de Yamã, discorrem sobre a infância do escritor e o

imaginário da etnia Maraguá. As obras *Kurumi Guaré no Coração da Amazônia* e *Contos da Floresta* do escritor indígena amazonense Yguarê Yamã, foram analisadas sob o status de obra de arte, sendo essa a pretensão da pesquisa. As narrativas de literatura infanto juvenil têm suas particularidades, sendo a primeira composta por contos da trajetória da infância do próprio autor e a segunda na perspectiva do imaginário. Ambas obras são voltadas para a cultura e identidade e imaginário do povo Maraguá.

Yguarê Yamã, em *Kurumi Guaré no Coração da Amazônia*, nos apresenta o mundo encantado da criança indígena em seu espaço natural, por meio de suas memórias, o antes e depois do contato com o branco, características da infância indígena na floresta. Os relatos da memória do autor, que é filho de pai da etnia Maraguá-mawé e de mãe da etnia Maraguá-parintintim, conta como viviam os Maraguá antes e depois do contato com branco no início dos anos de 1980. Yguarê Yamã, relata como viveu até seus onze anos na aldeia, e logo mudou-se para Parintins como outras famílias já fizera, para ingressar no ensino fundamental e assim aprendeu a língua portuguesa. Prosseguiu com os estudos e formou-se em geografia na cidade de São Paulo. A obra *Kurumi Guaré no Coração da Amazônia*, é um dos relatos mais significativos quando se trata do processo de transição dos povos indígenas da floresta para cidade, usando como exemplo a transição da infância para vida adulta. Um processo que ocorre sob os ensinamentos da floresta, e as muitas lições da natureza ou como escreve o próprio autor “o melhor que povos indígenas tem a compartilhar”.

Já em *Contos da floresta*, uma obra excepcionalmente voltada ao imaginário que reúne três mitos e três lendas do povo indígena Maraguá, “o povo contador de histórias”, como são conhecidos na região do Baixo-Amazonas. Na perspectiva dos mitos na narrativa que se referem a as leis da natureza e a vida, em uma reverência a coragem e veracidade em harmonia com os valores sagrados, uma apoteose de fé.

Em ambas as obras contem histórias criadas e contadas pelo autor Yamã, que é da mesma linhagem dos contadores de história, em um resgate das histórias tradicionais e narrativas dos antepassados. As obras ora citadas ainda possuem um glossário com termos da Língua regional e do idioma Maraguá, e até mesmo o significado dos símbolos Maraguá.

3.2.A literatura Indígena Amazonense Maraguá

A literatura dos escritores Maraguá traz em seu arsenal, sua ancestralidade, cultura, mitos, identidade e sob muito intuito sua visibilidade em busca de reconhecimento por se considerar o povo contador de histórias, localizando-se na região do Rio Abacaxis, nas

proximidades dos municípios de Nova Olinda do Norte e Borba, Amazonas. Maraguapajy, como é conhecido este lugar, possui cerca de 700 mil hectares entre a Área Indígena Coatá-Laranjal e o parque florestal Pau-Rosa, são falantes da língua Maraguá, que faz uma mistura do Nhegatu e Aruak, usando saterê e nhegatu, que é a língua oficial Maraguá, sendo um dos seus pilares a cultura antiga tapajônica. Na área à margem do Rio Abacaxis, se situa cerca de 350 pessoas, distribuídas em quanto aldeias, sendo sua divisão dos grupos em seis principais clãs: Piraguáguá, Çucuyeguá, Pirakêguá, Towatoguá, Aripunaguá, Towaguá e Yaguareteguá, cada um tem sua representação por um animal, mas o símbolo da nação Maraguá é o peixe-boi ou Guarunguá. Dentro desta perspectiva que conhecimento sobre a etnia Maragua, o livro *Maraguápéyára* (2014), que tem como organizadores Yaguaré Yamã, Elias Yaguakãg, Roni Wasiry Guará e Uziel Guaynê. Em seus oito capítulos, a obra apresenta como os Maraguá se compreendem em sociedade e como seus escritores ressignificaram sua literatura. Os Maraguas possuem duas associações, sendo a Associação do Povo Indígena Maraguá (ASPIN) e segunda a Associação de Mulheres Indígenas Maraguá (AMIMA), ambas têm por objetivo o fortalecimento da luta pela demarcação de seu território.

Yamã faz parte do grupo de escritores Maraguá que mais produz no meio literário no Estado do Amazonas. Cerca de cinco escritores compõem este grupo. O grupo em si dá prioridade “...a recriação dos mitos originários da etnia, os símbolos coletivos presentes nas ilustrações, entre outras informações para a compreensão da organização social desse grupo.” (rev. *Tabuleiro de Letras*, v.16, n.01, p. 46, 2022). Em 2000 Yaguaré publica a obra *Mapinguary, o dono dos ossos*, lançando-se no mercado editorial apoiado por líderes como Daniel Munduruku, Kaká Werá Jecupé, Eliane Potiguara, entre outros.

Yamã, além de escritor, também é ilustrador e artista plástico, professor e ativista da causa indígena em que luta pelo reconhecimento e proteção do povo Maraguá. As obras de Yamã, bem como de outros escritores indígenas amazonenses tem seu peso político, à medida que suas narrativas dialogam com seu leitor pelos símbolos e as muitas histórias da etnia. As memórias da infância indígena do escritor citado, ocupam agora o espaço de legitimação, para destruir preconceitos, e ao lança o olhar para esta literatura que resiste e precisa ser conhecida, é entender também que vivemos em uma “prisão” chamada visão colonizadora de nossas origens, onde fixou-se os estereótipos em nossa sociedade, que culminou no silenciamento dos povos da floresta. Nesta perspectiva a Lei 11.645/2008, que determina a obrigatoriedade do ensino da cultura indígena, possibilita de certa forma uma maior liberdade, no sentido de circular por meio impresso a literatura diverge da narrativa do colonizador, desconstruindo

também conceitos forjados sobre o indígena, que ao usar sua voz é determinante para dialogar com o passado e o presente, ressignificando um todo.

3.3. Análise da primeira obra “*Kurumi Guaré no coração da Amazônia*”

A presente obra se refere a as memórias de infância de Yaguarê Yamã, uma viagem ao mundo de encantos da infância indígena do autor, um relato de transição da infância para a vida adulta, logo também o processo que enfrentam muitas famílias indígenas que saem de suas aldeias para a cidade. Esta obra elenca inúmeros temas em relação a função política social que exerce um escritor a o produzir obras como esta, que lança o olhar do indígena sobre a sociedade que o desconhece em sua forma legítima de ser. Para melhor compreender a importância desta obra, primeiramente deve-se voltar o olhar para o próprio escritor, que é indígena, amazonense, ilustrador e ativista. Trata-se, pois de um escritor indígena que é um dos pioneiros ao escrever sobre a literatura do povo Maraguá.

As obras contem dez contos, glossário e o significado dos símbolos Maraguá. O título do livro *Kurumi Guaré no Coração da Amazônia* faz alusão a muitos curumins indígenas que detém sabedoria ancestral no coração da Amazônia, como Yamã mesmo sugere “sábio mirim”, que é um dos grandes representantes dos povos da floresta. Tal papel que faz com maestria. O relato do escritor traz uma observação importante ainda na infância:

Vivi até os onze anos nessa região, quando os moradores eram somente indígenas. No início dos anos 1980 era ainda criança. Hoje tenho trinta anos e o livro que lhes escrevo é uma parte da memória que guardo dos meus bons tempos de infância, do tempo em que vivi nesse lugar fantástico, cheio de aventuras, no coração da floresta. (YAMÃ, p. 7, 2007)

No trecho ora citado, Yamã fala do tempo em que sua aldeia não tinha contato com o branco, por isso há uma memória de infância essencialmente indígena com os aprendizados que se fizeram e se fazem pela “liberdade de aprender brincando”, segundo Yamã.

Nas muitas aventuras da infância do escritor, as lições são como regras da natureza. As expedições na infância revelam os prazeres e perigos das aventuras, em contrapartida as lições que ficam ressignificam uma liberdade que é trabalhada desde muito cedo pelos povos indígenas, uma liberdade que os prepara para vida toda. Ainda nessa linha de pensamento, se preparar para vida significa também respeitar os que detém o conhecimento, os mais velhos. Neste sentido a tradição de passar a cultura de seu povo por meio de histórias, com o cuidado de ensina-lhes pelas fabulas tradicionais, em uma separação de conteúdo que ia desde o

momento magico para as crianças as sessões de assombrações para os adultos, bem como conta Yamã:

Momento magico era esse em nosso mundo infantil, vendo papai começar aquele ritual complementado pelas lindas fabulas tradicionais do jabuti e a onça, da preguiça e o veado. Eram histórias que realmente entravam em nossos corações e aprendíamos com facilidade os seus ensinios.

Isso sem citar as sessões dos adultos. Mesmo não convidadas, nós, crianças, esperávamos a noite chegar e corríamos para junto deles na marixawaruka, a casa do conselho, que ficava no meio do terreiro principal, para ouvir as histórias de assombração”. (YAMÃ, p.25-26, 2007)

Essa passagem em especial, trata de uma questão que por muito tempo foi ignorada pela sociedade dominante, que é uma literatura direcionada para a criança. O que difere nos povos indígenas é que a criança tem lugar especial, pois de forma cultural passa sua ancestralidade de geração em geração garantindo a infância indígena. Neste sentido o historiador Rafael Chambouleyron em 2015 reconhece que os jesuítas ao tentar evangelizar durante o período do colonizador, observaram que era mais “fácil” evangelizar as crianças ou “da terra” como os classificava. A tradição neste sentido, compreende as fases da vida do indígena, pela oralidade, o que nos leva a refletir sobre o conceito de infância dos povos indígenas e de uma literatura indestrutível, e totalmente a frente do seu tempo, pois é necessário lembrar que o trecho acima se configura de um tempo antes do contato com o branco, o que merece maior atenção por resistir por muito tempo de forma oral. Quando se fala de sabedoria ancestral, é reconhecer o conhecimento dos povos das florestas, como indispensável para a sociedade dominante, bem como aceitar que apesar de uma identidade miscigenada, nossas origens são com os povos indígenas. E para além de reconhecer a identidade, reconhecer também que a origem de muitas narrativas advém dos povos da floresta.

Cada povo indígena possui sua religião tradicional, assim como Urutópiag, a religião do povo Maraguá que se assemelha a dos Sateré-mawé. Esta semelhança, está relacionado, a junção desses povos que buscam por auxilio, resultando na fusão de etnias, como é o caso dos Maraguá-mawé, Marguá. Na perspectiva da religiosidade do povo Maraguá, Yamã relata a experiência com a entidade Tapirayawara ou mae das onças, e ainda a classifica como: “O ser mais fantástico da natureza.” (p. 35). Segundo o escritor, dentro da religião Maraguá, Urutópiag possui cerca de seis espíritos da natureza:

Como toda religião tradicional, a Urutópiag tem os seus espíritos ligados à natureza. Os espíritos da natureza são seis: o espirito do pássaro, o espirito da floresta, o espirito do cachorro, o espirito da onça, o espirito da cobra e o espirito do peixe. Eles moram num mundo invisível chamado Wihóg’pohá, mas, quando precisam se manifestar, aparecem pela floresta com a aparência peculiar que cada um tem.

Os espíritos da natureza são os que escolhem o nome tradicional de cada ser humano. Meu pai me explicou que quando nasci fui levado ao pajé. Depois de ter-lhe dito o

que queria, o pajé fumou o pariká durante a noite toda. Enquanto dormíamos, o pajé consultor os espíritos, e dentre eles escolheram Tapirayawara, o espírito de onças, para ser meu espírito protetor. Foi de quem deu o meu nome, que significa tribo de onças pequenas.” (YAMÃ, p.31-32)

A tradição religiosa da qual relata Yaguarê Yamã, envolve as entidades da natureza e isso tem a ver com o vínculo que tem-se entre os povos indígenas e natureza como uma unidade. Segundo as tradições indígenas a natureza é a casa desses espíritos, e suas representações em animais simbolizam toda uma religião como se a floresta fosse uma espécie de altar para as entidades. A relação que se constrói para com essas entidades, vai além de significados, se estabelece uma ligação de proteção, e vice-versa. Dentro dessa questão da ancestralidade, o autor ora citado nos esclarece que os povos indígenas ressignificam o conceito de natureza, uma vez que existe um elo com a religião que transcende para outras gerações. Há exemplo disto, o remo Puratig, dos Sateré-mawé, traz em seu grafismo a importância da simbologia da cobra para a cultura do povo Maraguá, sendo a primeira serpente metarfosada em o mundo que vivemos. Neste sentido, dentro das crenças dos povos indígenas se aborda sobre a origem das coisas que é sempre rodeado de muito mistério. Yamã, fala como a “Amazônia é muito misteriosa”, e que apesar da formação superior, conhecendo a ciência na qual se apoia o branco, experienciou as entidades, que fazem parte do grupo das visagens/fantasmas que tem como função assustar. Dentro desse mundo complexo das entidades, o autor afirma ainda sobre a Amazônia ser um grande paraíso, que é preciso conhecer suas entranhas para não se tornar inferno, principalmente para os que desacreditam nas entidades. Neste sentido entra a literatura indígena com o papel de advertir, provocar e informar sob muitos aspectos, a compreensão sobre os mistérios da natureza e as lições que traz por exemplo a história do boto.

Na perspectiva da chegada dos brancos, a princípio na função de evangelizar, dá para Yamã ainda pequeno, o ponto de partida para se relacionar com a sociedade dominante. O relato do autor no conto “Branco, barcos e cidades” está relacionado ao seu primeiro contato com o branco:

[...] Ainda era pequeno quando os vi pela primeira vez.
Eram evangelizadores da igreja adventista que chegaram num barco bastante bonito que nos deixou curiosos e maravilhados.
[...] Durante a visita dos pastores, todas as crianças procuravam está perto dele. À noite, embaixo das árvores, passavam slides para uma plateia cheia de gente. Foi assim que aprendi português. Algum tempo depois teríamos uma escola funcionando na casa da minha tia, mas não foi nada fácil dominar a língua e saber ler, o que aprenderia só aos doze anos, já em Parintins.
[...] Eu e meu primo estávamos no porto de casa e nunca tínhamos visto uma lancha antes...
...- O que está acontecendo? – perguntou Guaynã.
Nada pude responder naquele momento, estava paralisado.
- O que é isso? Quem está vindo em nossa direção? – insistiu. []

Então gaguejei:

- Só pode ser o deus malvado dos brancos, que veio atrás de nós porque soube que vieram fuxicar dele para nós.

- Deve ser isso! – completou Guayná. – Soube que ouvimos coisas ruins que ele tem feito e por isso quer impedir que sua fama se espalhe.

- Deus me livre! – disse.” (YAMÃ, 2007, p. 59- 61)

Esse primeiro contato de Yamã ainda criança com o branco, quando chegaram para evangelizar em sua aldeia, se trata de como foi importante para o autor aprender a língua portuguesa até o momento que conheceu como viviam os brancos, iniciando assim uma relação promissora. O autor esclarece que não foi fácil dominar uma segunda língua e ainda aprender a ler, mas foi necessário para se relacionar melhor com o branco. Autores como Yaguarê Yamã, que saiu de sua aldeia para aprender outra língua, com intuito de manter uma boa relação para levar sua cultura para outros espaços com o objetivo de dar visibilidade para seu povo, bem como possibilitar entender como o indígena não se restringe a algo do passado, e sim que o mesmo segue evoluindo com a sociedade dominante, mas com o olhar bem à frente do que idealizamos de mundo.

As sociedades indígenas têm como característica seus rituais, como rito de iniciação dos Maraguá, que é transição da infância para vida adulta. Aos dez anos de idade Yaguarê passou pelo ritual de iniciação ou ritual da tukãdera que se trata de uma das tradições mais significativas da cultura Maraguá e Sateré-mawé, que é um ritual um de cura e ao mesmo tempo uma preparação, sendo que ao passar pelo ritual o menino se tornará homem.

Um relato impactante é sobre o conto “Quando perdi meu irmãozinho” (p. 71-73), onde Yamã conta como perdeu seu irmão de cinco anos de idade. Ele diz não entender o porquê de o irmão partir tão cedo, pois segundo a tradição de seu povo, antes de serem atribuídos um nome, recebem seu espírito protetor. Esta situação levanta uma questão pertinente a as doenças que os brancos levaram para os povos da floresta, que historicamente dizimou muitos indígenas e até aldeias inteiras. Os povos da floresta possuem um arsenal de remédios medicinais, e com esse conhecimento medicinal puderam curar muitas doenças e até mesmo enfrentar epidemias. De tal conhecimento medicinal se apropriou o branco, o que levanta uma questão séria quando se trata da apropriação da cultura indígena em muitas vertentes, o que transcende para a sociedade dominante. A perda do autor expõe outra questão importante, a falta de assistência para os povos indígenas em relação a saúde, quando se pensa que os órgãos governamentais são omissos e deixam os indígenas desassistidos. Essa desassistência faz com que muitas famílias indígenas migrem para as cidades, como fez o pai de Yamã, que levou sua família para morar na cidade. O autor faz umas observações importantes:

Estava indo morar e passar parte de minha juventude numa cidade, num mundo civilizado como dizem os brancos, onde a televisão impede a cultura tradicional de raciocinar. Realmente, como poderia imaginar morar num outro mundo se nunca havia morado nele?

...Saudade na minha língua se chama Çunarya, a vontade de voltar a ver e a ter o que um dia já possuímos. Penso nas vezes que ria feliz em achar que nunca iria crescer. Mas cresci.” (YAMÃ, p. 76, 2007)

Nesta linha de raciocínio, os indígenas que passam a viver em sociedade dominante tendem a adaptar-se aos costumes/padrões dos brancos, o que interfere diretamente na cultura tradicional. Mas as sociedades indígenas possuem um elemento que foi e é de extrema importância para manter vivo sua ancestralidade, a oralidade. Adequar a oralidade a modalidade escrita é um papel que tem exercido escritores indígenas como Yamã, a medida que se torna uma responsabilidade como bem coloca a escritora indígena Marcia Kambeba (2022), “Somos aqueles que são responsáveis por essa forma de construção em que nossas crianças não fiquem com medo do mundo das palavras” (p.58), a autora enfatiza ainda, que desta forma os conhecimentos se disseminam pelos próprios indígenas.

A narrativa aqui analisada é relevante para que se desconstrua e ressignifique conceitos por parte da sociedade dominante. A análise pautou-se sobre a função política e social que exerce o escritor indígena amazonense Yaguarê Yamã, que ao produzir suas obras, esclarece que as sociedades indígenas precisam levar sua cultura tradicional para sociedade dominante como forma de reconhecimento do que não foi dito, dando visibilidade para os povos da floresta, ou seja, a história contada pelo próprio indígena, no sentido de fazer entender que os povos indígenas estão introduzidos na sociedade como forma de resistência e manter vivo sua ancestralidade.

3.4 Análise da segunda obra “*Contos da Floresta*”

A obra *Contos da Flores* possui três narrativas categorizadas por Yamã como mitos: “História de Kãwéra”, “As makukáwas” e “História de Mapinguarry”, e três lendas: “O pescador e a onça”, “O bicho e o casamento” e “Dois velhos surdos”, além de apresentar o posfácio, glossário do idioma *nhengatu* e de termos regionais amazônicos e a entrevista com o autor.

Sobre a concepção do mito é importante frisar que para os povos indígenas trata-se de histórias reais. Por ser real e ser repassado de geração para geração o mito não morre e tem algo a ensinar. O mito de Kãwéra, uma entidade sobrenatural, protetora da floresta nos ensina que as leis da natureza precisam ser respeitadas, pois quando isso não acontece o Homem pode ser punido. Assim, o Kãwera como entidade protetora da floresta tem a função de resguardar a Mãe

Natureza contra quem a violenta, contra quem caça discriminadamente e principalmente contra quem duvida dos poderes dessas entidades como se pode ver no fragmento abaixo:

O homem não se conteve e tentou golpear o vulto com o tacape. Mas, rapidamente, sentiu sua cabeça crescer e os cabelos arrepiarem, ao ver descer à sua frente um terrível monstro alado, de asas de morcego. Ao pousar, deixou à mostra dentes enormes e garras, com as quais arranhou o homem nas costas. Em seguida, o monstro levantou voo e sumiu na escuridão da mata. Com muito medo, o caçador desistiu de caçar, arrumou seus bagulhos e desceu do mutá. Lá embaixo, sentiu algo estranho escorrendo pelas costas. Passou a mão e percebeu que era sangue”. (YAMÁ, p.13)

Há muitos mistérios que desconhecemos que envolve a natureza, por isso na tradição cultural dos povos da floresta, é preciso respeitar esses mistérios para que haja harmonia entre o homem e a natureza. A figura aterrorizante de Kāwéra se enquadra mais no papel de defensor do que de monstro propriamente dito e este mito transmite uma mensagem endereçada aos que desacreditam nos protetores da floresta, bem como fala da metamorfose animalesca quando pelas leis da entidade o indivíduo é duramente castigado:

– Eu não posso fazer nada, pois é um castigo. Trata-se da lei dos Kāwéras, e ela, eu não posso mudar. Eu ia é tirar a sua vida, mas resolvi lhe dar essa segunda chance. Aproveite ou será morto.

O rapaz concordou, com voz triste:

- Já que não tem outro jeito, eu aceito.

O bicho avisou a ele:

- Ao anoitecer, vai começar a sua transformação.

O rapaz esperou. Enquanto dormia, o corpo dele ganhou garras, pelos, um rabo, dentes grandes e afiados, os pés se transformaram em patas, e surgiram duas enormes asas nas costas.

No dia seguinte, ao acordar, viu que havia mudado por completo. Nisso, o Kāwéra retornou:

- Agora, você é um dos meus. Aproveite a nova vida de Kāwéra! Vá para o lago onde o encontrei e cuide daquele lugar como se fosse seu, porque lá existem riquezas que não podem ser mexidas.

E o rapaz, que já não era gente, foi voando.

Até hoje, ele guarda o lugar sagrado como se fosse a sua vida. Dizem os caçadores que, de tempos em tempos, podem vê-lo sobrevoando aquele local, que, daí em diante, passou a ser chamado o lugar do Kāwéra.”. (YAMÁ, p.16-17, 2012)

O caráter denunciativo na literatura indígena é uma característica muito presente em muitas narrativas. Por isso em História de Kāwera também está impresso a denúncia sobre a falta de respeito que há pela tradição cultural dos povos da floresta bem como a exploração e destruição da natureza. Assim, na perspectiva do mito Kāwéra, denuncia-se essa busca constante do branco por riquezas naturais e a devastação da floresta Amazônica por meio das queimadas e garimpos ilegais.

O mito das Makukáwas faz alusão a caça desordenada e se configura com a entidade de um homem com pés de pássaro. Mas antes de analisarmos esse mito, é necessário fazer um breve resumo da narrativa.

A história fala sobre um homem que foi caçar, e acabou matando muitas makukáwas, espécie de ave conhecida por ser agourenta. A esposa por sua vez, insatisfeita por ter que preparar todas aquelas aves, pediu ajuda para tratá-las, mas não imaginava que a ajuda partiria de um protetor da floresta:

- Ah, tipuã, se você fosse um homem, na certa, não ficava ai cantando; viria me ajudar a fazer a janta.

E continuou a depenar as aves.

Passados alguns minutos, em frente à porta da casa apareceu um homem alto, forte, mas com pés de pássaro, iguais aos do tipuã. Ele foi para a cozinha, pegou as makukáwas do jirau com brutalidade e começou a depenar-las com avidez. Assustada com o estranho, a mulher olhou para os pés dele. Teve medo, ainda, ao perceber que eram pés de pássaro.

Pensou: “Como pode? Isso não existe. Um homem com pés de pássaro! Além do mais, com grande agilidade para depenar makukáwas!” (YAMÃ, p. 20, 2012)

A insólita aparição deste homem com pés de pássaro traz a reflexão sobre como o homem deve viver em harmonia com a natureza, respeitando princípios básicos de retirar dela apenas o necessário para sua sobrevivência. O mito das Makukáwas, assim como o mito dos Kãwéras trabalha a questão da metamorfose do homem/animal. Em relação a isto, observa-se que os povos da floresta não diferem o homem e o animal, são seres que pertencem ao mesmo mundo e devem respeito um ao outro. As sociedades indígenas trouxeram para nós muitos ensinamentos, entre eles, o de mal presságio que aponta acontecimentos ruins no futuro. Algumas aves são símbolos desse mal presságio como podemos observar no mito das Makukáwas. O referido mito propõe uma advertência, no sentido de haver uma boa relação entre o homem e a natureza e isso fica evidenciado na personagem do bicho protetor da floresta ao se metamorfosear, em metade homem e metade pássaro, uma concepção de vínculo.

Outra narrativa intitulada “A história de Mapinguari” trata-se de um mito presente em nosso imaginário amazônico. De acordo com sua descrição, o Mapinguari é um monstro gigante, aterrorizador, coberto de pelos, com um olho só e uma boca enorme. Mas na narrativa de Yamã (2012), o Mapinguari, ganha status de protetor da floresta. Os mais velhos sabendo da sua fama de violento, principalmente quando se trata de destruição da natureza, temem o Mapinguari, por isso tem a missão de alertar os mais jovens sobre ele. Essa missão contudo nem sempre é cumprida, pois há aqueles que não acreditam em sua existência e no seu poder de punição como se pode no trecho abaixo:

O outro, porém, mais velho e experiente, alertou:

- Rapaz, não faça isso. Você já ouviu falar do Mapinguari?

Dizem que ele anda por aí deixando carne para pessoas desavisadas comerem. A carne faz com que morram e se transformem também em Mapinguariys.

O rapaz teimou:

- Para com isso! Você acha que vou ficar com fome, com esse lindo pedaço de carne aqui? Isso não é coisa de Mapinguary. Deve ter sido alguma onça que passou por aqui e largou essa carne em cima da forquilha.

Pegou sua faca, tirou um pedaço da carne e a colocou no panela. Continuaram a caminhar até em casa. Lá, o rapaz teimoso assou a carne. Quando estava pronta, ele convidou o amigo:

- Vamos comer, parceiro. A carne está assada.

- Não rapaz, não vou comer, já disse para você. Se quiser comer, coma, mas eu não, porque não sei de onde vem essa carne.

O teimoso comeu e foi deitar satisfeito. Na rede, deu um sono. Quando acordou, passava de meia-noite. Olhou ao redor, e viu que havia caído da rede. “Meu Deus! O que aconteceu comigo? Como vim parar no chão?”

Voltou para rede. Mas era só cochilar, que vinha uma visagem e o jogava no chão. Isso aconteceu muitas vezes. (YAMÃ, p, 27-28, 2012)

Os povos indígenas, consideram a sabedoria do mais velho como indispensável para transmitir sua ancestralidade de geração a geração. O conhecimento que detém os mais velhos é evidenciado neste mito, no sentido de advertir o mais novo sobre os perigos da natureza ou como lidar com ela. Como é o caso da breve lenda de “O pescador e a onça”, que trata da relação entre o homem e natureza, apontando situações adversas que levariam a desarmonia dessa relação.

A lenda “O bicho e o casamento” conta a história de um homem e sua esposa que tinham quatro filhas, mas fizeram um pacto para não casá-las, então o pai propõe entregar uma das suas filhas para o jovem que matar o bicho que estava acabando com sua plantação. A narrativa se volta para a mãe, que para proteger suas filhas se transforma em bicho. Essa mãe representa para os povos indígenas as mães protetoras da floresta.

A última lenda da obra *Contos da Floresta* é a narrativa “Dois velhos surdos”. A história fala de uma aldeia que nunca havia presenciado manifestações sobrenaturais, as visagens. Em um determinado momento as visagens passaram a assombrar a aldeia, e apenas um casal de velhos com pouca audição ficou na aldeia, mas logo foi morto pelas visagens. A narrativa, em um tom humorado, é uma das muitas histórias criadas para manter a expressividade oral e a contação de histórias nas aldeias. Sobre a diferença entre mito e lenda toma-se a palavra do autor do livro que diz:

Os mitos explicam a vida e as leis da natureza, reverenciam a bravura, a verdade. São matéria de fé e traduzem valores sagrados. Os seus princípios se articulam com a religião tradicional, chamada Urutópiag (“nossa crença”).

As lendas também têm caráter mágico, mas não tratam de figuras ou elementos sagrados. As narrativas, criadas há centenas de anos, revelam grande expressividade oral, e contam da rotina das tribos, dos medos, dos conflitos, muitas vezes com razoável dose de humor. Experimente-se, por exemplo, ler em voz alta o conto “Dois velhos surdos”. (YAMÃ, p.56)

A diferença entre mitos e lendas como bem explica Yamã, se torna necessário para entender como se estruturam as sociedades indígenas, que levam o conhecimento da cultura tradicional dos povos da floresta para a sociedade dominante através de sua literatura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa apresentou por meio do tema: “A função política social na literatura de Yaguarê Yamã” uma literatura até então considerada “nova” para o mercado editorial. A literatura do escritor indígena amazonense posta neste estudo, tem um caráter político e social, pois denuncia os problemas vivenciados nas aldeias e também é política porque ela tem um caráter coletivo uma vez que expressa o saber de um povo. Diante das análises, observou-se um mundo de temáticas pertinentes que essas narrativas trazem para a sociedade dominante num processo de ressignificação da história dos povos originários por meio da literatura.

Este estudo busca contribuir para a visibilidade de escritores indígenas amazonenses, na perspectiva da função política e social que exercem ao produzirem suas literaturas como é o caso de Yamã, escritor da etnia Maraguá com maior número de publicações entre os escritores dessa etnia.

É importante esclarecer que a tradição cultural oral não se perde em meio a modalidade escrita, mas é uma forma de levar para a sociedade nacional a cultura e história dos povos nativos contadas agora pelo próprio escritor indígena. Dentro das compreensões que obteve-se neste trabalho, uma delas está relacionado ao próprio escritor, ao relatar sua infância indígena até sua ida para cidade, trata-se de uma transição recorrente atualmente, pois é comum ver nas escolas e universidades alunos indígenas, que muitas vezes retornam para suas aldeias.

Este estudo se torna relevante por apresentar a literatura indígena amazonense, direcionando a pesquisa para a função política social que exerce o escritor sobre as muitas temáticas trabalhadas em sua narrativa. O trabalho propõe ainda que a literatura indígena amazonense seja um caminho para estabelecer uma relação de conhecimento e de diálogo entre os povos da floresta e a sociedade dominante.

REFERÊNCIAS

CAMINHA, P. V. Carta de Pero Vaz de Caminha a El rei D. Manuel. In: **Educação Indígena: do corpo, da mente e do espírito**. São Paulo: Global, 2000.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Jesuítas e s crianças no Brasil quinhentista. In: PRIORE, Mary del (Org.). **História das crianças no Brasil**. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2015.

DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HALL, Stuart. **Cultura e representação** / Stuart Hall; Organização e Revisão Técnica: Arthur Ituassu; Tradução: Daniel Miranda e William Oliveira. – Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

KAMBEBA, Márcia Wayna. **O lugar do saber** [recurso eletrônico]. /Márcia Wayna Kambeba. – São Leopoldo: Casa Leiria, 2020.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. 5. reimp. São Paulo: Atlas, 2007.

Literatura indígena brasileira contemporânea: criação, crítica e recepção [recurso eletrônico] / Julie Dorrico; Leno Francisco Danner; Heloisa Helena Siqueira Correia; Fernando Danner (Orgs.) –Porto Alegre, RS: Editora Fi,2018.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14ª ed. Rio de Janeiro: Hucitec, 2014. 408p.

MUNDURUKU, Daniel. **O Banquete dos Deuses: conversa sobre a origem da cultura brasileira**. São Paulo: Global, 2009.

PEREIRA, Alex Viana (Org.). **Reescrevendo a terra à vista: a literatura de autoria indígena amazonense em destaque** [recurso eletrônico] / Alex Viana Pereira (Org.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2022.

PEREIRA, Danglei, SANTOS, Rosana. **A insustentável leveza: literatura e sua análise** / Danglei de Castro Pereira, Rosana Cristina Zanelatto Santos (orgs.), Brasília: Universidade de Brasília, Departamento de Teoria Literária e Literaturas, 2021.

RICOEUR, P. **Do texto à ação: ensaios de hermenêutica II**. Porto: Rés-Editora, 1989.

THIEL, Janice. Pele Silenciosa, pele Sonora: **A literatura indígena em destaque**: Autêntica, 2012. Artigo: Tensões culturais na formação da identidade brasileira: confluências – Danglei de Castro Pereira

YAMÃ, Yaguarê. **Contos da floresta. Ilustrações:** Luana Geiger. – 1. ed. –São Paulo: Peirópolis, 2012.

YAMÃ, Yaguarê. **Kurumi guaré no coração da Amazônia** / Yaguarê Yamã; ilustrações do autor. – 1. ed. – São Paulo: FTD, 2007.